



Prefeitura Municipal de Petrópolis Conselho Municipal de Cultura



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – FEVEREIRO 2012

Aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, às dezesseis horas, na Sala de Cinema Humberto Mauro do Centro de Cultura Raul de Leoni, situado em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, sob a presidência de Leonardo Randolpho, representante do segmento de canto coral, presentes os conselheiros Arthur Varella, Débora Lattouf, Pedro Troyack e Maria Luísa Rocha Melo, representantes da Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis, conselheira Neiva Maria de Alves Voigt, representante do segmento de dança, conselheira Sandra Vissotto e sua suplente Rosa Damasceno Paranhos, representantes do segmento de artes plásticas, conselheira Pita Cavalcanti, representante do segmento de teatro, conselheira Neyse Lioy, representante do segmento de cultura germânica, e conselheira Sônia Regina Moreira da Silva, representante do segmento de artesanato, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura. Presentes também estavam Sérgio Benício Whatley, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, Gerson Valle, escritor, Bárbara Cordeiro Dias Skaba, do Museu Imperial, Isabela Verleum e Aymê Magno da Silva, ambas do Conselho Municipal de Turismo, Marcio José dos Santos Viana, da Companhia Petropolitana de Transportes, Carlos Medeiros e Monique Botelho da Fonseca Carnevalli, ambos representando o SEPE-Petrópolis, Alba Cristina Casco, da Casa dos Conselhos, Priscila Castro (Studio de Dança Hip Boi), Eliane Renaud, da Associação Petropolitana de Bandas, Dudu King, músico, Sylvio Costa Filho, ator, e Fátima Coutinho, professora de teatro.

Abrindo a assembléia, o presidente Leonardo Randolpho realizou a leitura das atas das reuniões ordinária e extraordinária anteriores e anunciou a pauta da reunião, qual seja: a apresentação de relatório de trabalho realizado pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças e o levantamento de projetos que independem do Fundo Municipal de Cultura, constantes no Plano Municipal de Cultura, além dos informes gerais.

Após a leitura da primeira ata, Pedro Troyack fez uma correção quanto à definição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como representação do poder público no conselho, informando que o instituto não é membro do governo e sim uma autarquia federal. Feita a correção, todo o restante da ata foi aprovada. A seguir foi lida a ata relativa à primeira assembléia extraordinária ocorrida no mês de janeiro, cujo conteúdo foi inteiramente aprovado.

Antes, porém, de dar início às discussões de pauta, o presidente novamente chamou a atenção daquelas cadeiras do conselho que ainda se encontram sem as devidas nomeações, solicitando-as que enviem o ofício à secretaria do conselho com suas indicações de titulares e suplentes o mais brevemente possível. Lembrou, mais uma vez, que, das trinta e duas cadeiras do conselho, apenas treze têm direito a voto até o momento.

Ressaltou também sua solicitação referente ao envio das listas de presença e das atas das reuniões realizadas pelos segmentos, bem como o seu calendário de reuniões, à secretaria do conselho, garantindo assim a credibilidade dos processos dos trabalhos.

O presidente também informou que a partir da presente reunião, as cadeiras faltantes serão notificadas a fim de que providenciem novas indicações.

A conselheira Neyse Lioy solicitou a palavra para parabenizar Leonardo Randolpho por ter sido o único, enquanto presidente de conselho, a divulgar a Primeira Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social, que se realizou aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, apesar do adiantado da data de realização.

Após esta notificação, o presidente abriu a palavra a Eliane Renaud, da Associação Petropolitana de Bandas, que falou em nome da representação das bandas que fazem parte desta associação, apresentando documento anexado a presente ata, de solicitação da disponibilidade de uma cadeira de representação para o movimento de bandas, tendo em vista a grande

representatividade desta classe na cidade de Petrópolis. O presidente ponderou que apesar de considerar, juntamente com o corpo da assembleia presente, tal pleito como justo, solicitou que fosse realizada votação, pois, por ser uma cadeira não prevista no regimento interno do conselho, precisaria de aprovação da maioria absoluta da assembleia. Sandra Vissotto sugeriu como encaminhamento para votação que tal pleito passasse por discussão entre os segmentos antes de realizar a votação. Pedro Troyack ressaltou sobre a importância do papel social que as bandas representam na formação das crianças, além do aprendizado musical que propiciam, devendo portanto o conselho valorizar e preservar estas bandas tão tradicionais. Neyse Lioy manifestou apoio quanto à integração da representação das bandas no conselho e discordou do encaminhamento de Sandra Vissotto, ressaltando que o conselheiro deve ter autonomia, visto que foi eleito pelo segmento para representa-lo. O presidente informou que está previsto em regulamento a discussão entre os segmentos antes da votação, submetendo assim à aprovação ou não da assembleia em prorrogar a integração da cadeira das bandas após reunião com os referidos segmentos. A assembleia aprovou tal sugestão, tendo como resultado quatro votos a favor e quatro contra a resolução, conforme descrito no registro de votação em anexo a presente ata. Como ocorreu o empate, o presidente votou a favor da resolução, ficando assim decidido a discussão com os segmentos.

Seguindo a ordem de pauta, o presidente cedeu a palavra ao membro da Comissão de Orçamento e Finanças, a conselheira Sandra Vissotto, para fazer a explanação do relatório de trabalho realizado pela referida comissão. De acordo com reunião entre as conselheiras Sandra Vissotto e Maria Luísa Melo, e com as orientações e informações fornecidas pelo conselheiro Leonardo Cerqueira, a assembleia obteve um amplo esclarecimento sobre o papel do Conselho Municipal de Cultura, que tem como características ser consultivo, deliberativo e fiscalizador, devendo encaminhar sugestões para a elaboração do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias da Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis e do Fundo Municipal de Cultura, destinados ao incentivo de todos os segmentos culturais do município, com vistas ao desenvolvimento pleno do cidadão e sua integração social, além de planejar a aplicação de recursos na área cultural, propondo e acompanhando critérios para a programação e para a execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Cultura. A Comissão de Orçamento e Finanças destina-se a assessorar o plenário, de forma técnica e fiscalizadora, nos assuntos financeiros e orçamentários. Esclareceu ainda sobre o orçamento que é dividido entre o previsto e o executado, sendo que nada pode ser pago sem o edital correspondente. Os recursos são previstos com variações relativas e são dependentes de arrecadação e repasses. A despesa é feita somente com dotação orçamentária. Informou que a Fundação de Cultura e Turismo recebe doze milhões de reais, sendo quatro milhões de reais destinados à pasta do turismo e oito milhões de reais à pasta da cultura. Deste último valor, cinco por cento são destinados ao Fundo Municipal de Cultura, perfazendo um total de quatrocentos e vinte e três mil reais. Este recurso é repassado pela prefeitura ao Fundo, com o devido gerenciamento da Fundação de Cultura e Turismo, sendo dividido em doze vezes, perfazendo um total de cerca de trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais por mês. Também os recursos obtidos com bilheteria de eventos, ingressos aos atrativos turísticos gerenciados pela Fundação e outros de igual característica perfazem um total de cerca de cento e oito mil reais, que, dividindo por doze meses, apresentam um total de nove mil reais por mês destinados ao Fundo. Sandra Vissotto ressaltou que este é um recurso repassado pela Prefeitura e gerenciado pela Fundação, a partir de aprovação do Conselho Municipal de Cultura. A conselheira informou à assembleia sobre a situação atual do Fundo Municipal de Cultura com os seguintes valores: saldo de dois mil e onze: cem mil reais; saldo médio mensal do Fundo: quarenta e três mil reais; compromettimentos pontuais imediatos, como contratação de pareceristas aos projetos Ciranda das Artes, Ciranda nas Comunidades e Som e Cristal: trinta e cinco mil reais; compromettimentos mensais imediatos com o Projeto Ciranda das Artes: dezesseis mil reais; compromettimentos mensais imediatos com o Projeto Som e Cristal: dois mil, duzentos e cinquenta reais; saldo médio em aberto para daqui a nove meses: trinta e sete mil, trezentos e noventa reais; total geral em aberto do Fundo: trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e dez reais. A explanação foi aprovada pela

assembléia.

A conselheira Pita Cavalcanti questionou, juntamente com Dudu King, quanto ao direcionamento da verba do Fundo, uma vez que a mesma está contemplando projetos da Fundação de Cultura e Turismo, e cobrou a permanência de priorização dos projetos considerados como tais pelo Conselho Municipal de Cultura em assembléias realizadas em ano anterior. O conselheiro Pedro Troyack discordou de Pita Cavalcanti, dizendo que quem gerencia o Fundo Municipal de Cultura é o Conselho, sendo que as decisões tomadas pelos membros deste conselho em relação à verba do Fundo vem ao encontro de interesses da sociedade civil. Pita Cavalcanti solicita que esta verba possa ser discriminada para cada segmento.

A conselheira Neyse Lioy chamou a atenção quanto ao funcionário público que não pode representar a sociedade civil.

Dudu King questionou o novo formato do Som e Cristal, dizendo que o aumento do cachê é ilusório, uma vez que o número de espetáculos previstos para o ano caiu pela metade, considerando esta decisão como uma covardia para com o meio musical do município. O presidente ponderou que estas questões foram discutidas na Comissão de Projetos Culturais, de forma aberta e com presença de representantes do segmento, levando em consideração a grande quantidade de apresentações (uma vez por semana), para uma quantidade muito baixa de público. Procurou-se com este novo formato, valorizar os espetáculos e formar platéia. O presidente salientou que na última assembléia extraordinária o edital do Projeto Som e Cristal foi submetido à votação e aprovado inclusive por representante do segmento da música, presente neste dia, conforme comprovado em documentação arquivada na secretaria do Conselho. Frisou que é preciso que os segmentos se reúnam e discutam, com registros de presença e atas encaminhadas à secretaria do Conselho, junto à Comissão de Projetos Culturais, para que, quando da realização das assembléias, as propostas estejam amadurecidas e prontas para serem votadas, evitando assim que as decisões, após suas votações, tenham que ser reconsideradas e corrigidas, correndo o risco do próprio Conselho cair em descrédito.

Sylvio Costa Filho solicitou que fosse registrado o seu protesto em relação às modificações ocorridas com o Grupo de Teatro da Melhor Idade, do Projeto Ciranda das Artes. Ressaltou que o grupo existe há mais de dez anos e que, com estas modificações, corre o risco de diluir. Informou que trabalhar este grupo somente uma vez por semana é inviável e solicitou que seja feito um novo estudo para que não haja a descaracterização deste trabalho. O presidente orientou que esta reivindicação seja feita junto à Fundação de Cultura e Turismo e não ao Projeto Ciranda das Artes.

A conselheira Pita Cavalcanti solicitou que, a partir do ano que vem, o prazo de elaboração dos editais não seja mais em cima da hora, não mais um prazo curto de tempo. O presidente discordou da conselheira, afirmando que não foi feito em cima da hora e que houve divulgação do calendário de reuniões de trabalho de elaboração dos editais realizadas pela Comissão. O conselheiro Pedro Troyack lembrou que a Comissão de Projetos Culturais reuniu-se semanalmente de forma aberta ao público, portanto, a sociedade civil deve ficar atenta às datas e deliberações tomadas pelo Conselho. Quanto ao curso de teatro para terceira idade mencionado pelo Sylvio Costa Filho, Pedro entende ser um curso destinado à iniciação do idoso ao teatro.

A conselheira Rosa Paranhos se pronunciou contra a duração de apenas uma hora para a realização das oficinas do Projeto Ciranda das Artes, e solicitou que fosse registrado o seu protesto em relação a este tempo estipulado.

Seguindo a ordem de pauta, o presidente prosseguiu a reunião informando o resultado do levantamento de projetos que independem do Fundo Municipal de Cultura, constantes no Plano Municipal de Cultura. Este levantamento visa à priorização pelo Conselho dos eixos e sub-eixos que não possuem nenhum projeto ou trabalho ocorrendo no município. Lembrou que este plano é a principal ferramenta a ser seguida pelo conselho, como norteadora de metas alcançadas e objetivos a serem atingidos. Informou que, de acordo com levantamento realizado, das cento e setenta e quatro propostas constantes no plano, vinte e cinco já ocorrem no município, quais sejam: do eixo “Produção simbólica e diversidade cultural”, sub-eixo “Programa de apoio às artes e bens simbólicos”, temos o Prêmio Maestro Guerra-Peixe de Cultura e os Projetos Musicais da FCTP; do

sub-eixo “Programa de apoio à diversidade e à interação multiétnica, etária e cultural”, temos o Germaniando, a Bauernfest, a Semana da Consciência Negra, o projeto A Questão Indígena na Sala de Aula, o Bunka-Sai – Festival de Cultura do Japão em Petrópolis, o Haflarabic – Expo Feira do Oriente, o Encontro de Cultura de Rua e o Serra Serata; do sub-eixo “Programa Comunicação e Novas Tecnologias”, temos o Agenda Cultural; do eixo “Cultura, Cidade e Cidadania”, sub-eixo “Programa de Difusão dos Direitos e Acesso à Cultura”, temos o Centro Cultural 14 Bis (em andamento); do eixo “Cultura e Desenvolvimento Sustentável”, sub-eixo “Programa Ampliando a Área de Atuação da Cultura”, temos o Todo Dia É Dia de Yoga; do sub-eixo “Programa Desenvolvimento Sustentável, Turismo Cultural, Ambiental e Ecorrural”, temos o Natal de Luz e Casa do Papai Noel; no sub-eixo “Programa de Promoção da Igualdade Econômica e Cultural”, tem-se o Ciranda das Artes, o Ciranda das Artes nas Comunidades, o Cultura Viva/Pontos de Cultura e o Somar Arte & Cidadania; no sub-eixo “Programa de Apoio a Festivais e Ações de Fomento”, tem-se o Calendário de Eventos de Petrópolis, o Festival Língua de Trapo – Encontro de Teatro Infantil de Petrópolis, o Festival de Cinema Nacional de Petrópolis, o Dançar por Dançar e o Festival de Inverno, e, finalmente, no sub-eixo “Programa de Fomento à Formação Profissional”, temos o Centro Cultural Luiz Salvador. O conselheiro Pedro Troyack observou que este quadro demonstra que mais de dez por cento das propostas estão se cumprindo, com apenas um ano do Plano.

A conselheira Rosa Paranhos ressaltou que não houve apoio por parte do município na realização da exposição de artes visuais Arte Garagem. Pedro Troyack protestou, dizendo que houve apoio, em menor escala, porém o apoio aconteceu. Rosa Paranhos afirmou que somente o governo do estado do Rio de Janeiro apoiou o projeto.

Retornando ao levantamento de propostas constantes no Plano Municipal de Cultura, o presidente constatou que alguns eixos e sub-eixos não possuem projetos acontecendo, como é o caso dos sub-eixos “Programa Educação pela Cultura”, “Programa de Circulação e Descentralização da Cultura”, cujo projeto Caravana Cultural está inserido, “Programa Municipal de Patrimônio Cultural Material e Imaterial”, “Programa de Democratização do Acesso ao Financiamento à Cultura” e todo o eixo “Gestão e Institucionalidade da Cultura”. Sendo assim, solicitou que os projetos específicos constantes nestes programas sejam estudados pelo Conselho para possíveis priorizações, devendo o Conselho analisar a viabilização dos mesmos para realização.

A conselheira Pita Cavalcanti se manifestou dizendo que já foram anteriormente votados os projetos considerados prioritários pelo Conselho, sendo dois deles o Caravana Cultural e a revitalização do anexo do Theatro D. Pedro, e que não abriria mão da priorização destes projetos. O presidente respondeu que em relação ao Caravana Cultural é totalmente viável a sua execução. Aproveitou para comunicar à assembléia que ele conseguiu contato com o secretário executivo do Ministério da Cultura, sr. Vitor Ortiz, no sentido de recebe-lo, quando, na oportunidade, o presidente irá apresenta-lo ao Plano Municipal de Cultura, visto que há previsão de apoio do Ministério aos sistemas municipais de cultura.

O conselheiro Pedro Troyack informou que existe a possibilidade do município receber o Fundo Nacional de Cultura, que financiará o projeto Lona Cultural. Lembrou que quanto mais projetos puderem ser financiados sem os recursos do Fundo Municipal de Cultura, tanto melhor. Ressaltou a importância do Conselho em priorizar os editais e estabelecer parcerias estratégicas, mantendo diálogo com seus segmentos e ampliando seus contatos.

A conselheira Pita Cavalcanti levou à assembléia um questionamento feito pelo Geraldo Matheus Torloni, do Grupo Ribalta, por ocasião da reunião dos representantes do segmento de teatro, a respeito da existência da lei municipal de incentivos fiscais, que inclusive já está regulamentada, mas que não se sabe porque ainda não entrou em vigor. Este então solicitou que o Conselho trouxesse ao segmento os esclarecimentos a respeito dessa lei. Pedro Troyack informou que esta lei foi revogada.

A conselheira Neyse Lioy informou que participou, não, porém, como membro do Conselho Municipal de Cultura, da Primeira Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social, e

foi eleita delegada de sua representação. Disse que trabalhou no eixo “Atuação dos conselhos de políticas públicas como instâncias de controle”, quando foram discutidos os tipos de funções (fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa, consultiva e parital) desempenhadas pelos conselhos. Na ocasião, discutiu-se se realmente os espaços de participação da sociedade na gestão de controle das políticas públicas, espaço este instituído por meio dos conselhos, está servindo ao seu propósito. Procurou-se avançar nas questões sobre qualificação dos conselheiros para que tenham efetivamente condições de fiscalizar e avaliar a execução das políticas públicas, como também fortalecer o vínculo entre conselho e sociedade, engajando cidadãos para participarem desse mecanismo de controle social, sendo o Estado contribuinte nesse processo. Como uma das diretrizes prioritárias para a elaboração do Plano Nacional sobre Transparência e Controle Social, foi apontada a estruturação da Casa dos Conselhos, cujo uso atualmente é feito somente por treze conselhos, além do aprimoramento do poder público em nomear pessoas adequadas e capazes para trabalharem como conselheiros. Também foi apontada a necessidade de verba para administração dos conselhos. A sra. Alba Cristina Casco informou que a Casa dos Conselhos está à disposição do Conselho Municipal de Cultura.

Após estas colocações, foi dada a palavra a Monique Carnevalli, representante do SEPE-Petrópolis, que pediu esclarecimentos a Leonardo Randolpho sobre o não pagamento de seus salários desde outubro do ano anterior, ao que lhe foi explanado pelo presidente que este é um projeto encampado pela Secretaria de Educação e que ficou em uma situação muito delicada, pois desde outubro, a referida secretaria não teria mais a verba para o pagamento dos regentes. O presidente passou a explicar aos representantes do projeto presentes no conselho sobre a reunião que foi realizada com a secretária municipal de educação, professora Claudia Quintanilha.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Maria Luísa Rocha Melo, a presente ata, assinada juntamente com o presidente do CMC, Sr. Leonardo Randolpho Pires.

Petrópolis, 13 de fevereiro de 2012.

Maria Luísa Rocha Melo
1ª Secretária

Leonardo Randolpho Pires
Presidente